

PRÊMIO SOF DE MONOGRAFIAS - 2007

TEMA 1 – ORÇAMENTO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA E GESTÃO FISCAL

2º LUGAR

NATHALIA CHAVES PEREIRA PINTO

FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA E
RESULTADOS FISCAIS PARA OS PAÍSES DA
AMÉRICA LATINA

** Nota: Esta monografia corresponde ao texto original apresentado pelo autor no ato da inscrição no Prêmio SOF 2007. Portanto, o texto ainda não sofreu qualquer revisão editorial.*

**FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA E RESULTADOS FISCAIS
PARA OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**

RESUMO

Esta monografia discute pontos específicos da fragmentação política e dos resultados fiscais para países latino-americanos e tem por objetivo verificar se esses resultados fiscais são condicionados pela fragmentação do poder no Executivo e Legislativo.

Ricciuti (2004) conduziu um trabalho para 19 países da OECD entre 1975 e 1995 que apresentou resultados surpreendentes tais como: (i) fatores ligados à relação da coalizão de governo e da coalizão de oposição não são significativos na determinação do gasto e do resultado fiscal; e (ii) fatores relacionados às instituições políticas são significativos na determinação dos mesmos gastos e resultados fiscais. Como sabemos que nos países da OECD predomina o sistema parlamentarista e nos países latino-americanos o sistema presidencialista, reproduzimos os testes de Ricciuti (2004) para países latino-americanos com o objetivo de verificar como estas mesmas variáveis condicionam o resultado fiscal desses países.

A hipótese proposta é que o déficit aumenta à medida que aumenta a fragmentação do poder no Executivo e Legislativo em países latino-americanos. Para isso, utilizamos como processo metodológico testes em painel com as variáveis, “déficit fiscal” e “tamanho do governo”, entre os anos de 1980 e 1995. Os dados das variáveis econômicas (gastos, superávit fiscal e taxa de crescimento do produto) foram

extraídos da base de dados do World Development Indicators (2003) e os dados das variáveis políticas do banco de dados de Beck, Clark, Groff Keefer e Walsh (2000,2001) – mesmo banco de dados utilizado por Ricciuti (2004).

Verifica-se que os efeitos das instituições políticas e da coalizão de governo sobre os resultados fiscais nos países latino-americanos são opostos aos resultados encontrados para os países da OECD.

A conclusão diz que as diferenças de regras do sistema político partidário e a importância do “presidencialismo de coalizão” nos países latino-americanos faz com que tenhamos tal resultado.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo I – Teoria do Pluralismo Liberal-Democrático	03
Capítulo II – Resultados fiscais para os países desenvolvidos da OECD	10
2.1 – Tamanho e controle da fragmentação.....	11
2.2 – Fragmentação entre Instituições (Executivo e Legislativo).....	17
2.3 – Fragmentação ao longo do tempo.....	22
Capítulo III – Resultados fiscais para os países da América Latina	25
3.1 – Gastos do Governo	28
3.2 - Superávit do Governo	34
Capítulo IV – Confrontação entre os resultados obtidos	41
Observações Finais	48
Bibliografia	52
Anexos	54

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo verificar se os resultados fiscais de países latino-americanos são condicionados pela fragmentação do poder no Executivo e Legislativo.

Ricciuti (2004) conduziu um trabalho para 19 países da OECD entre 1975 e 1995 que apresentou resultados surpreendentes tais como: (i) fatores ligados à relação da coalizão de governo e da coalizão de oposição não são significativos na determinação do gasto e do resultado fiscal; e (ii) fatores relacionados às instituições políticas são significativos na determinação dos mesmos gastos e resultados fiscais. Como sabemos que nos países da OECD predomina o sistema parlamentarista e nos países latino-americanos o sistema presidencialista, reproduzimos os testes de Ricciuti (2004) para países latino-americanos com o objetivo de verificar como estas mesmas variáveis condicionam o resultado fiscal desses países.

A hipótese proposta é que o déficit aumenta à medida que aumenta a fragmentação do poder no Executivo e Legislativo em países latino-americanos. Para isso, utilizamos como processo metodológico testes em painel com as variáveis, “déficit fiscal” e “tamanho do governo”, entre os anos de 1980 e 1995. Os dados das variáveis econômicas (gastos, superávit fiscal e taxa de crescimento do produto) foram extraídos da

base de dados do World Development Indicators (2003) e os dados das variáveis políticas do banco de dados de Beck, Clark, Groff Keefer e Walsh (2000,2001) – mesmo banco de dados utilizado por Ricciuti (2004).

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo buscamos resgatar a origem do Estado com a Teoria do Pluralismo-Liberal Democrático, que trata o Estado como sendo órgão difuso, competitivo e fragmentado. O capítulo II apresenta uma revisão bibliográfica dos resultados encontrados para os países da OECD, incluindo Ricciuti (2004). O terceiro capítulo contém os resultados encontrados para os países latino-americanos. Por fim, o capítulo IV, faz uma confrontação entre os resultados dos países da OECD e os dos países latino-americanos.

CAPÍTULO I

TEORIA DO PLURALISMO LIBERAL-DEMOCRÁTICO

A teoria do Pluralismo Liberal-Democrático nasceu em 1942 com uma crítica profunda das teorias clássica e liberal da democracia por Schumpeter (1942).

Schumpeter (1942), Dahl (1956) e outros autores aplicaram seus conceitos de racionalidade e o conceito de desenvolvimento de sociedades inteiras às diferenças individuais no interior das sociedades.

“O bem-comum está destinado a significar coisas diferentes para pessoas diferentes.” (Schumpeter, 1942, p.251). A democracia direta não é possível porque nem todos na sociedade estão no mesmo estágio de desenvolvimento cultural. Os objetivos da sociedade devem ser formulados por uma elite atuante (líderes) já que a maioria dos cidadãos é normalmente mal informada ou desinteressada pelos problemas políticos. Com isso, o Estado apresenta um poder próprio, sendo ele o responsável pelas decisões políticas e desenvolvimento econômico e social.

Segundo Dahl (1956), os representantes do Estado são escolhidos pelos eleitores, e como nem todos apresentam os mesmos interesses, daí

o surgimento de diferentes partidos políticos, que embalam os bens políticos e oferecem aos eleitores. Assim, temos que:

“As eleições e a competição política não levam ao governo pelas maiorias, se o encararmos de forma mais rigorosa porém elas aumentam imensamente o tamanho, o número e a variedade das minorias, cujas preferências devem ser levadas em conta pelos líderes, ao definirem seus planos políticos.” (Dahl, 1956, p.131-132)

O pluralismo apresenta duas frentes, a dos otimistas onde encontram-se Greenberg e Dahl, e a dos pessimistas, como Schumpeter e Michels. Os otimistas acreditam que a democracia depende das elites e que há competição entre estas pelo poder de tomada de decisões e é através da competição que as elites permanecem abertas e respondem à pressão da massa do povo. Para os otimistas, a maior parte dos cidadãos não está completamente envolvida nos assuntos políticos, tornando o sistema mais eficiente já que os cidadãos estão satisfeitos com as decisões da elite. (Carnoy, 1994, p. 54)

Já os pessimistas colocam em dúvida a questão da soberania do consumidor. Nessa perspectiva, as elites não apenas controlam o processo de tomada de decisões, como também elas não estão respondendo efetivamente ao eleitorado. As diferentes elites não apenas formulam os problemas, elas tentam manipular as opiniões a respeito desses problemas. “... a informação e os raciocínios que são realmente enfatizados são plausivelmente usados para serem os servidores do

desígnio político” (Schumpeter, 1942, p.264). Com isso, os cidadãos não são soberanos, já que os problemas e soluções são decididos para eles.

Outro ponto observado por Schumpeter (1942) é que a burguesia não produz os tipos de políticos exigidos por esse sistema, fazendo com que o Estado seja autônomo, ou seja, as elites tomam as decisões, porém não são neutras em suas tomadas de decisões:

“O método democrático nunca funciona da melhor maneira quando as nações estão muito divididas quanto a questões fundamentais relativas à estrutura social... A burguesia produziu indivíduos que conseguiram ser bem sucedidos na liderança política ao entrarem para uma classe política de origem não burguesa, porém não produziu um estrato político bem sucedido a partir de si mesma, embora se pudesse admitir que a terceira geração de famílias industriais tivesse todas as oportunidades para formar tal estrato.” (Schumpeter, 1942, p.298)

Rêgo (2002, p.49) diz que “o poder na sociedade capitalista é difuso, fragmentado e competitivo, distribuindo-se inclusive nos indivíduos, mas fundamentalmente nos grupos organizados, nos domínios econômicos, cultural e político”.

Essa é a definição encontrada por Rêgo para o Estado Pluralista, onde este tem apenas a função técnica de executor, pois reflete os anseios e os interesses harmonizados dos grupos sociais organizados e dos cidadãos. Já Schmitter (1974) acredita que não deve haver nenhuma forma de controle do Estado nas decisões tomadas pelas unidades constituintes:

“O pluralismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número não-especificado de categorias múltiplas, voluntárias, competitivas, ordenadas não hierarquicamente e autodeterminadas, que não são especificamente autorizadas, reconhecidas, subvencionadas, criadas ou de qualquer maneira controladas pelo Estado na seleção de liderança ou articulação de interesse, e que não exercem o monopólio da atividade representativa dentro de suas respectivas categorias” (Schmitter, 1974, p.96).

O Estado moderno democrático toma as decisões quanto aos problemas, à legislação e ao curso do desenvolvimento econômico e social onde o pluralismo faz da democracia um mecanismo para governos escolhidos e sancionados, não um tipo de sociedade ou uma série de fins morais. Segundo Carnoy (1994, p.54), na concepção dos pluralistas, o Estado é neutro e servidor da cidadania, porém o bem-comum é definido como uma série de decisões empíricas que não necessariamente refletem a vontade da maioria. O Estado é autônomo, sendo a elite a tomadora de decisões.

Destaca-se, portanto, a expressão “fragmentação” que, segundo o dicionário Aurélio, é definido como: ação ou efeito de fragmentar; reduzir a fragmentos; partir em pedaços; fracionar; quebrar. Portanto, a divisão do poder dentro da coalizão é denominada de fragmentação política.

Alguns autores estudaram os sistemas fragmentados e chegaram à conclusão de que, quanto maior o número de grupos de interesses (fragmentação do governo), maior será o gasto total do governo. A possibilidade de que os partidos no governo levem adiante suas políticas

depende de vários fatores políticos e institucionais que incidem sobre a fragmentação do poder decisório onde muitos dos quais se referem a características do sistema político, tais como: os acordos partidários que culminam em coalizões de governo, o controle ou não da maioria parlamentar, o grau de disciplina partidária, a relação de forças entre o Executivo e o Legislativo, dentre outros.

Uma das variáveis a ser considerada para determinar a maior liberdade do governo é o grau de apoio que possui no legislativo, ou seja, se possui ou não a maioria absoluta. Essa variável é importante para determinar resultados econômicos, pois estes dependem, em parte, do grau de controle do governo sobre as definições políticas. Vale ressaltar também que o Poder Legislativo faz as leis e o Executivo executa as leis aprovadas, o que mostra uma interligação entre os dois poderes. Como as decisões efetuadas pela coalizão no Executivo não se realizam sem o apoio ou a confirmação do Legislativo, porque o mesmo tem o poder para bloquear os objetivos de gastos vindos do Executivo, é de extrema importância verificar se a composição de partidos na coalizão dentro do Executivo apresenta correspondência no Legislativo. (Biderman e Arvate, 2004)

Abranches (1988) estudou o caso brasileiro e procurou analisar as causas e efeitos de uma sociedade com diversos interesses políticos e apontou como dilema institucional brasileiro a necessidade de encontrar

um caminho eficiente para a redução das disparidades econômicas e sociais:

“O conflito entre o Executivo e o Legislativo é um elemento historicamente crítico para a estabilidade democrática no Brasil, em grande medida por causa dos efeitos da fragmentação na composição das forças políticas representadas no Congresso e da agenda inflacionada de problemas e demandas imposta ao Executivo” (Abranches, 1988, p.8)

Governos minoritários certamente apresentarão maior dificuldade para levar adiante medidas com forte impacto positivo de curto prazo, inclusive aquelas que não precisam da aprovação do Parlamento, devido à necessidade de apoios políticos para impedir possíveis bloqueios em outros temas e garantir um mínimo de governabilidade. Essa dificuldade será maior especialmente nos anos de eleições.

Sistemas políticos pouco fragmentados tendem a gerar governos majoritários. Estes parecem representar uma condição favorável para um maior dinamismo econômico em anos de eleição, pois uma maior atividade econômica em anos eleitorais, compatível com a premissa de comportamentos oportunistas por parte dos governos, é mais freqüente quando os governos contam com a maioria absoluta no Parlamento (ou pelo menos na Câmara dos Deputados) ou quando o partido do presidente conta com essa maioria.

Um governo que tenha maioria absoluta consegue dinamizar a atividade econômica justamente por causa da reduzida necessidade de negociações e confrontações políticas, conseqüência dessa maioria. Essa

é a argumentação a favor de uma redução da fragmentação política e das reformas eleitorais que assegurem maiorias sólidas e duradouras aos governos. (Biderman e Arvate, 2004)

CAPÍTULO II

RESULTADOS FISCAIS PARA PAÍSES DESENVOLVIDOS DA OECD

Decisões de governo são coletivas associadas a escolhas individuais. Passando ao longe das discussões sobre a impossibilidade de se ter decisões coletivas atendendo todas as preferências individuais (Teorema de Arrow), economistas e cientistas políticos preocupados em compreender como as decisões tomadas pelo governo afetam os resultados fiscais buscaram entender o comportamento das coalizões que sustentam os governos.

Arvate (2005 p.14) diz que: “Cada grupo de interesse na coalizão governante busca benefícios para si e reparte os custos com a sociedade.”, evidenciando, assim, as falhas existentes no governo. As decisões são baseadas nos interesses individuais ao invés de se resolverem por conflito entre os diversos grupos. Essa tentativa de compreensão do governo é conhecida como logrolling, que segue a estratégia em que ninguém veta ninguém para não ser vetado, seguida por Volkerink e De Haan (2001) e Perotti e Kontopoulos(1998). Existe ainda outra tentativa de compreensão: existe confronto dentro da coalizão - esta é a linha de Roubini e Sachs (1989) e Ricciuti (2004).

Cabendo, portanto, uma revisão da bibliografia pertinente, dividimos esse capítulo em três novas dimensões da fragmentação como apresentado em Ricciuti (2004): (i) tamanho e controle da fragmentação; (ii) fragmentação entre Instituições (Executivo e Legislativo) e (iii) fragmentação ao longo do tempo. Neste capítulo buscamos apresentar estudos realizados anteriormente para os países desenvolvidos da OECD.

2.1 - Tamanho e controle da fragmentação

No que se refere a tamanho e controle da fragmentação, pode-se dizer que é a coalizão que atende o governo (em termos de tamanho, forma e coerência ideológica interna) onde o Primeiro Ministro ou o Ministro da Fazenda tem o poder de determinar o tamanho do orçamento total e sua composição entre gastos e receitas chegando a um acordo com os outros ministros para determinação de seus orçamentos na compatibilidade com o objetivo geral determinado. Se existe um número grande de partidos políticos opositores, seus interesses podem ser divergentes.

O primeiro trabalho de destaque foi de Roubini e Sachs (1989) onde as decisões do governo emanam da coalizão vencedora. Estes autores montaram um jogo do tipo dilema do prisioneiro para mostrar que do ponto de vista coletivo entre as estratégias cortar e não cortar o déficit todos optam por cortá-lo mas, quando se trabalha com as estratégias individuais

(corte o seu gasto ou preserve-o) todos preferem preservar o seu gasto. A solução não cooperativa para este jogo é não cortar o déficit, daí nasce o confronto entre a decisão de gastar ou não.

Com uma amostra de 14 países da OECD, Roubini e Sachs (1989) chegaram à conclusão de que membros da coalizão apresentam interesses diversos e que a variável política é sempre significativa e a diferença entre o governo majoritário e minoritário é de 1,5% pontos adicionado ao déficit orçamentário cada ano.

Rapidamente, economistas associaram objetivos a gastos e, como decorrência, passaram a afirmar que quanto mais (menos) unidades políticas existissem na coalizão, maior (menor) seriam os níveis de gasto dos governos. Portanto, fragmentação partidária é considerada uma das características mais prejudiciais ao sistema político, tanto para a governabilidade como para um relacionamento eficiente entre o Estado e os setores sociais organizados. A fragmentação pode ser associada a dificuldades na condução econômica, aumentando as possibilidades dos ciclos eleitorais na economia.

Os sistemas fragmentados (associados aos sistemas multipartidários) são vistos como obstáculos à agregação de interesses e, conseqüentemente, à obtenção de consensos duradouros entre os diferentes grupos de interesses, incluindo o Estado, exigindo muito mais tempo de negociação e tornando lento o processo decisório. Cada um

deles tem incentivos para proteger uma parte particular do orçamento dos custos. Cada unidade política, ou seja, partido político participante da coalizão não veta os objetivos das demais unidades políticas para não ter seu objetivo vetado (supondo que as unidades políticas têm objetivos distintos).

Volkerink e De Haan (2001), apesar de não considerarem efeitos intertemporais nos déficits, com impostos futuros trazidos a valor presente, de apresentarem uma medida de fragmentação do poder no governo e no parlamento ponderado pela ideologia, enfatizam a fragmentação política do governo usando duas variáveis. A primeira delas é contra o déficit (nominal) e a segunda contra os gastos do governo: número efetivo de partidos no governo (ENPG) e número de ministros gastadores (NSM), respectivamente.

A primeira medida é baseada na fragmentação ideológica e a segunda medida é baseada no argumento que cada membro da coalizão pode ter o poder de veto. Existe a idéia, como citado acima, de que quanto mais (menos) ministérios para sustentar politicamente um governo (NSM), maiores (menores) serão os gastos deste governo já que, deste modo, é mais difícil coordenar suas solicitações e conseqüentemente um efeito negativo é esperado no superávit do governo, enquanto um efeito positivo é esperado no lado dos gastos do governo. Geralmente exclui-se desta medida o Ministro da Fazenda ou Primeiro-Ministro (no caso de

parlamento), que sem dúvida não tem uma preocupação de expansão dos gastos por terem mais preocupações com o resultado global. Governos mais fragmentados apresentam déficits maiores enquanto governos que apresentam maioria no parlamento (Câmara Legislativa, Congresso Nacional) apresentam déficits menores.

Dependendo do choque que a economia esteja atravessando, os resultados não se sustentam. Entre os anos de 1971-1996, ambas as variáveis foram significativas e positivas para gasto e déficit para os países da OECD. Este sinal não deixa dúvida de que quanto maior (menor) a fragmentação (captada pelas duas variáveis), maiores (menores) serão os gastos e déficit (o resultado do déficit acontece porque os autores não trabalham com uma medida intertemporal).

Se quebrarmos este período em dois subperíodos (1971-83/1984-96), ver-se-á que as variáveis mantiveram o mesmo sinal, porém a variável ENPG – número de partidos políticos - foi significativa apenas no segundo período e NSM – número de ministros gastadores (exceto o primeiro-ministro e o ministro da fazenda) - foi significativa apenas no primeiro período.

Portanto, dentre os resultados obtidos por Volkerink e De Haan (2001), destaca-se que o impacto do número de ministros é mais forte e mais robusto que o número efetivo de partidos no governo e que nos anos 70, o impacto do número de partidos foi insignificante além de

encontrarem evidências de que fragmentação política parece não influenciar nas receitas e gastos, mantendo o déficit inafetado. É importante salientar também que governos de direita tendem ser mais responsáveis fiscalmente que governos de esquerda.

Perotti and Kontopoulos (1998) usaram uma amostra de 20 países da OECD entre os anos de 1960 a 1995. A fragmentação do governo é definida como o número de ministros gastadores enquanto fragmentação da coalizão é definida como o número de partidos políticos na coalizão. O tamanho dos ministérios, da coalizão e ideologia são muito significantes na determinação de resultados fiscais.

Para eles, quanto maior o número de tomadores de decisões, menos cada um irá internalizar os custos que uma dada política impõe nos seus outros grupos e, conseqüentemente, maior será o resultado do nível do equilíbrio dos gastos. Este conceito é definido como tamanho da fragmentação. Já a fragmentação de processo é dada como estrutura do processo na qual os tomadores de decisões interagem entre si.

O último trabalho de destaque foi de Roberto Ricciuti (2004), cuja metodologia de pesquisa também estamos utilizando para este trabalho. Com base em seus resultados, é possível observar o fraco desempenho das variáveis representativas da coalizão do governo e da oposição (inclusive a maioria na margem, o controle da Câmara e Senado pela oposição e o controle de ambas as casas por parte do governo) em

contrapartida ao forte desempenho das variáveis representativas das instituições políticas (sistema de representação proporcional ou majoritário, sistema presidencial ou parlamentarista, regras mínimas estabelecidas aos partidos para que tenham representação no Congresso, lista partidária aberta ou fechada) no resultado fiscal dos países da OECD.

No primeiro aspecto da fragmentação (tamanho e controle da fragmentação) para os 19 países da OECD entre 1975 e 1995, Ricciuti (2004) realizou quatro testes utilizando a variável FRACG (fragmentação do governo) onde apenas um foi significativo e com influência positiva sobre os gastos dos governos, ou seja, quanto mais dividida a coalizão dos governos, maiores foram os gastos. Por outro lado, em termos de superávit primário, a influência da variável representativa de FRACOPP (fragmentação da oposição) teve influência significativa e negativa uma única vez nos quatro testes realizados: a maior divisão da oposição levou a um menor superávit dos governos.

Outra variável desse bloco que teve influência sobre o superávit e representa o processo de decisão entre governo e oposição no Congresso foi a variável MAJ (número de cadeiras controladas pela coalizão do governo sobre o total de cadeiras existentes, ou seja, maioria na margem). Porém, esta maioria só foi significativa quando obteve o controle do governo em ambas as casas – Congresso e Senado

(ALLHOUSE, esta não significativa) e pela existência de algum interesse específico de algum partido na coalizão (COALSPEC, também não significativa). Para o autor, uma larga maioria é sempre capaz de consolidar programas fiscais depois de um choque e resiste mais facilmente a grupos de pressão.

O controle de um partido de oposição na Câmara provocou um aumento no superávit. Este resultado era esperado já que a oposição não é muito dividida, o que facilita a negociação do governo. Portanto, OPPMAJH (a oposição controla a Câmara) em conjunto com a OPPMAJS (oposição controla o Senado) tiveram efeitos opostos sobre o superávit e ALLHOUSE (controle do governo em ambas as casas) teve um efeito positivo sobre o mesmo (este efeito era esperado).

2.2 - Fragmentação entre Instituições (Executivo e Legislativo)

Um relacionamento conflitante entre Executivo e Legislativo com bloqueios mútuos dentro da burocracia estatal pode ser considerado o resultado freqüente de sistemas políticos multipartidários, por causa da dificuldade de formar governos de maiorias estáveis. Uma rotatividade elevada nos cargos-chave supõe uma diminuição da eficiência em razão da acumulação de experiência que se perde. Uma das causas dos freqüentes impasses políticos em diferentes países latino-americanos é o objetivo de diminuir a fragmentação do sistema partidário.

Volkerink e De Haan (2001) trabalharam com duas variáveis para mostrar a atuação do parlamento sobre os resultados fiscais: o número efetivo de partidos no parlamento (ENPP) e o número de cadeiras excedentes que a coalizão que está no poder possui sobre os demais partidos no legislativo (ES).

Em princípio, estes autores não apresentam uma intuição sobre a qual seria o impacto destas variáveis sobre o déficit porque uma maior dispersão do Parlamento poderia levar a um maior nível de gasto (seria possível que para os gastos do Executivo se realizarem, maiores gastos seriam realizados para se acrescentar as demandas do Parlamento pelo processo de negociação), mas também existe a possibilidade de que uma dispersão maior leve a menores gastos (a mesma pode significar uma oposição maior no Parlamento e, desta forma, uma barreira a realização de gastos da coalizão que está no Executivo).

Entre 1971/1996 ou entre 1971/83 e 1984/1996, tanto para gasto (tamanho do governo) quanto para déficit, a variável ENPP mostrou-se significativa, com sinal positivo, porém com um coeficiente muito próximo de zero. Isto estaria indicando, na visão dos autores, um controle muito maior do déficit por conta de uma maior dispersão do Parlamento.

Por um outro lado, esperava-se intuitivamente com a segunda variável, ES, um sinal negativo. Acredita-se que quanto mais elevada for a maioria do governo no Parlamento mais controlada seriam as finanças do

governo. Acontece que na maioria dos países da OECD, a coalizão do Executivo nunca é maioria na câmara baixa, o que ajuda a controlar as finanças. De fato, observou-se um sinal negativo quando se analisou o período como um todo (1971/1996). O mesmo não se repetiu nos dois subperíodos analisados (1971/1983 e 1984/1996). Em 1971/1983, foi encontrada baixa significância na influência sobre duas variáveis: gastos (com um sinal positivo) e déficit (com sinal negativo). Em 1984/1996, manteve-se a baixa significância, mas todos os sinais passaram a ser negativos (gastos e déficit).

Volkerink e De Hann (2001) diferem de Perotti e Kontopoulos (1998) em relação a como se controlar o crescimento do tamanho do governo. Para os primeiros existe um controle do governo vindo do Legislativo pela variável ES e para os segundos este controle é feito na elaboração orçamentária, ainda no âmbito do Executivo.

Segundo Ricciuti (2004), a fragmentação entre instituições (Executivo e Legislativo) é uma medida entre sistemas presidencialistas ou parlamentaristas e regras eleitorais desde que essas leis são capazes de influenciar o jogo entre tomadores de decisões fiscais. Verifica-se o balanço de poder. Senado é uma parte do congresso que olha os interesses do país ao invés dos interesses da Câmara. Para isso, usou-se as variáveis CHECKS onde verifica-se o número de tomadores de decisões com o poder de veto no sistema político; MDMH no caso do

congresso e MDMS para o senado; THRESH representa o percentual mínimo de votos exigido para que um partido possa eleger seus representantes. O resultado destas variáveis sempre foi significativo nos testes realizados sobre os gastos do governo: a) MDMH sempre influenciou positivamente os gastos, a não ser quando foi controlada pela variável representativa das regras mínimas que um partido deve obter para possuir representação nas casas (THRESH); e b) MDMS sempre influenciou negativamente os gastos.

Sistemas diferentes de governo apresentam diferentes graus de fragmentação. O sistema presidencialista é centrado em um presidente eleito diretamente que, além de deter o poder formal no governo, apresenta poder de veto nas decisões parlamentares. Já o sistema parlamentarista depende do acordo entre os partidos políticos.

Nem controlado pelo sistema existente (presidencialista ou parlamentarista), representado pela variável SYSTEM, e pela escolha do candidato por parte dos partidos com sistema de lista aberta ou fechada (presidente apóia ou não o candidato), variável CL - com efeito negativo sobre o gasto, alteraram a influência de MDMH e MDMS sobre os gastos do governo.

Isoladamente testou-se, ainda, contra os gastos dos governos, a possibilidade de senadores possuírem uma representatividade de estado, província ou região maior do que a média dos pagadores de impostos

existentes, através da variável STCONST. Esperava-se que essa variável levasse a um efeito positivo sobre os gastos e um efeito negativo sobre o superávit dos governos. O efeito sobre gastos foi negativo.

Observando os resultados das mesmas variáveis sobre o superávit dos governos, vimos que MDMH foi significativa e reduziu os superávits dos governos em todos os testes em que Ricciuti utilizou esta variável. Bastante coerente com o resultado dos gastos, já que ela levou a uma expansão dos mesmos. Em oposição a isto, MDMS foi significativa e aumentou os superávits dos governos em todos os testes (para Ricciuti (2004) este resultado não seria o esperado) excetuando quando a mesma foi combinada com MDMH e controlada por THRESH (ambas com sinal negativo como nos resultados contra gastos, só que agora THRESH foi não significativa).

Se SYSTEM e CL levaram a uma redução dos gastos, seu resultado sobre os superávits determinou uma elevação dos mesmos. Um resultado bastante coerente. Estas variáveis apareceram nas mesmas combinações discutidas para os gastos. Novamente, isoladamente, STCONST foi significativa, mas, ao invés de aumentar o superávit dos governos, como esperaríamos pelo resultado dos gastos, reduziu-os. O mais coerente seria aumentar os superávits.

Pela descrição que fizemos rapidamente dos resultados encontrados em Ricciuti (2004), parece estar claro que o resultado nos

países da OECD dependeu muito mais das regras estabelecidas para ordenação do sistema eleitoral e partidário (variáveis de instituições políticas) do que do poder da coalizão (magnitude e controle da fragmentação).

2.3 - Fragmentação ao longo do tempo

Os efeitos de fragmentação política e institucional tem sido analisados estaticamente negligenciando características temporais, porém, Grilli, Masciandro e Tabellini (1991) assim como Hallerberg e Von Hagen (1999) encontraram uma correlação negativa entre duração dos governos e acumulação de débito.

Essa medida verifica como uma rápida mudança de governo conduz a governos não comprometidos com a sustentabilidade fiscal eis que as conseqüências futuras de ações correntes são fortemente descontadas.

Fragmentação ao longo do tempo apresenta diferentes medidas para políticas fiscais míopes: STABS considera a porcentagem de tomadores de decisões com poder de veto que caem quando o governo assume que o senado muda; STABNS que é a mesma medida que STABS, porém considerando que o senado não muda. No que refere-se ao superávit primário, essas variáveis não foram significativas no resultado de Ricciuti (2004) assim como os estudos realizados anteriormente.

Para o sistema presidencialista, tem poder de veto o Presidente, o maior partido do legislativo e o maior partido do senado, já para o sistema parlamentarista é o Primeiro Ministro e os três maiores membros da coalizão.

Segundo Ricciuti (2004), a possibilidade da reeleição melhora o comprometimento do governo com as políticas fiscais. A variável EXELEC mostra quando em algum ano particular aconteceu uma eleição executiva e LEGELEC quando em algum ano particular aconteceu uma eleição legislativa. Essas variáveis capturam o comportamento do governo nos anos eleitorais quando o governo pode usar políticas fiscais para beneficiar alguns membros da constituição. MULTPL representa a possibilidade do chefe executivo governar mais de um período estipulado, capturando comportamentos do governo de longo-prazo no que diz respeito à disciplina fiscal.

Os resultados nos gastos do governo não são significantes quanto à mudança do governo e sua estabilidade (com ou sem o Senado), porém a possibilidade da reeleição faz com que haja uma maior disciplina nos gastos governamentais. Em contraste, eleições no Executivo e no Legislativo aumentam gastos enquanto governos múltiplos (quando existe a possibilidade de reeleição do presidente) tendem a reduzir os gastos do governo.

Os resultados encontrados por Ricciuti (2004) podem ser observados nas tabelas no anexo II.

CAPÍTULO III

RESULTADOS FISCAIS PARA PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Procuramos agora reproduzir os testes encontrados em Ricciuti (2004) nas três dimensões de fragmentação (tamanho e controle da fragmentação, fragmentação entre instituições e fragmentação ao longo do tempo) para analisar o caso da América Latina. Realizamos nossas estimativas com a técnica de *panel correcting for unbalanced data set*. Os dados das variáveis econômicas (gastos, superávit fiscal e taxa de crescimento do produto) foram extraídos da base de dados do World Development Indicators (2003). Os dados das variáveis políticas foram extraídos do banco de dados de Beck, Clark, Groff, Keefer e Walsh (2000, 2001).

O modelo geral que foi considerado nas nossas estimações foi o seguinte:

$$X_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \cdot X_{i,t-1} + \beta_2 \cdot CGDP_{i,t} + \beta_3 \cdot POL_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad [1]$$

onde $X_{i,t}$ são as variáveis econômicas (gasto público ou superávit), $CGDP_{i,t}$ é a taxa real de crescimento do PIB, $POL_{i,t}$ é um vetor de variáveis de coalizão e de instituições, e $\varepsilon_{i,t}$ é o vetor de erro.

Nossa amostra consiste de 27 países latino-americanos para o período 1980-1995.¹ Na construção das séries relativas a gasto e superávit, consideramos apenas o governo central. Diferente de Perotti & Kontopoulos (1998), Volkerink & de Haan (2001) já haviam se mostrado contrários à utilização de dados totais das três esferas de governo (federal, estado/província e municípios) porque a política fiscal de uma esfera de governo não necessariamente segue o comportamento da outra.

Ricciuti (2004) adotou esse procedimento, que condiciona o resultado fiscal do presente a decisões tomadas no passado (este arrasto, principalmente de dívidas contraídas no passado, condicionaria a situação fiscal hoje).

Apesar destes problemas, por questões de comparabilidade de resultados trabalharemos com painel, preservando o valor defasado da variável dependente no lado direito da equação. Mesmo assim, em paralelo, trabalharemos com a variável Domestic Financing/GDP (World Development Indicators, 2003) no lugar da variável defasada.² Esta variável poderia arrastar para o presente as decisões tomadas no

¹ Os países são: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, Greda, Guatemala, Guya, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Netherlands Antilles, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, St. Lúcia, Surime, Trindad e Tobago, Uruguai e Venezuela

² Existe nesta utilização uma hipótese forte de que o débito relevante do governo central é interno.

passado (o estoque da dívida mostraria isto) e não teríamos o problema do viés.

Ela não foi significativa na maioria dos testes porque a série de dívida para a maioria dos países não é completa. Volkerink e de Haan (2001) utilizaram a mudança no custo do serviço da dívida. Da mesma forma, testamos a inflação como variável de controle (medida pelo *Consumer Price Index* dos países) porque muitos dos países latino-americanos passaram por processos de elevada inflação durante o nosso período de análise. Esta variável também não se mostrou significativa. Perotti e Kontopoulos (1998) usaram mudanças na taxa de inflação e na taxa de desemprego. Usamos a variação na taxa real de crescimento do produto para captar efeitos cíclicos sobre os gastos e para verificar a existência de *tax-smoothing* no superávit. Hallerberg e von Hagen (1999) e Volkerink e de Haan (2001) usaram esta mesma variável.

Todos os resultados foram apresentados com o modelo *Fixed Effects* (FE) – *Least Squares Dummy Variable* (LSDV) e a escolha da apresentação dos resultados foi definida pelo teste de Hausman. Na prática, estes resultados rejeitam a hipótese de que de que $E(\xi_i, X_i) = 0$, sendo X_i uma das variáveis utilizadas. Isto faz bastante sentido porque existem diferenças históricas, culturais e outras institucionais que não fazem parte das variáveis utilizadas nos testes – conforme a argumentação de Ricciuti (2004): “*Country-dummies allow disentangling the effect of unobservable variables (historical, cultural, and country-specific characteristics)*”.

3.1 – Gastos do governo

A tabela 1 a seguir mostra os efeitos da primeira dimensão da fragmentação sobre os gastos do governo, o que chamamos de tamanho e controle da fragmentação.

Tabela 1: Tamanho e controle da fragmentação

	1	2	3	4	5	6
C	0,1115895 *** (0,024688)	0,1035126 *** (0,310018)	0,2366376 *** (0,025467)	0,205593 *** (0,023278)	0,2543124 *** (0,042997)	0,1084781 *** (0,025230)
GEXP-1	-0,165768 ** (0,057072)	-0,11954 * (0,787655)	0,0027029 (0,061710)	-0,042235 (0,068883)	0,0552852 (0,054050)	-0,1732 *** (0,058004)
CGDP	-0,488219 ** (0,182869)	-0,46724 *** (0,195389)	-0,476354 *** (0,212543)	-0,453734 *** (0,207195)		-0,457153 ** (0,178561)
FRACG	0,0272162 (0,030505)	-0,010296 (0,028240)	0,0054167 (0,027134)	0,0638778 ** (0,030530)		
NSM						
FRACOPP		0,0056712 (0,027687)	-0,029575 (0,025934)	-0,024439 (0,025158)	0,0558854 (0,009350)	
MAJ	0,2337377 *** (0,055862)	0,2338561 *** (0,064117)				0,230908 *** (0,055084)
OPPMAJH			DROPPE D			
OPPMAJS			DROPPE D			
ALLHOUSE				0,045138 *** (0,018046)		0,0205747 * (0,013307)
COALSPEC					-0,013606 *** (0,005349)	-0,011506 (0,016381)
Adj-R ²	0,1563	0,1331	0,0561	0,0732		0,1602
N	207	176	176	176	176	207
Hausman	1.12	2.57	1	1.82	2.02	2.15

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente .
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Conforme o teste de Hausman na última linha da tabela mostra todos os resultados foram apresentados com efeitos fixos. Nos testes, a variável representativa do controle da oposição na Câmara (OPPMAJH) e

do Senado (OPPMAJS) foram “baixadas” (DROPPED na coluna 3)³ nos testes porque em nenhuma situação isso ocorreu. Também não nos foi possível testar uma das proxies representativas da coalizão nas estimativas (número de ministros gastadores – NSM) porque não conseguimos obter essa variável em um banco de dados ou construí-la.

Das variáveis econômicas, especificamente da variável defasada de gasto do governo ($GEXP_{-1}$), surpreendentemente, em duas ocasiões (colunas 1, 2 e 6) tivemos um efeito não esperado: o gasto passado reduziu o gasto presente. Esperava-se que gastos passados condicionariam o presente porque existe inércia no gasto público. A taxa de crescimento do produto (CGDP) foi significativa e negativa em todos os momentos.

Em relação às variáveis políticas, começando pela divisão da fragmentação do governo (FRACG), obtivemos apenas um resultado significativo (coluna 4) e condizente com a literatura: à medida que se divide a coalizão de governo, espera-se um aumento nos gastos.

A variável FRACOPP (fragmentação da oposição) apresentou sinais ambíguos, porém não significantes. Espera-se na literatura um aumento de gastos quanto mais dividida a oposição devido a facilidade da coalizão existente no governo em realizar gastos (é mais fácil negociar os gastos com uma oposição bastante dividida). Nesse caso, sinais

³ Não reportaremos os resultados onde isso ocorreu.

contrários estão associados à presença de um controle da maioria do governo tanto na Câmara como no Senado (variável ALLHOUSE na coluna 4), e à uma coalizão com interesse específico em uma questão (variável COALSPEC na coluna 5).

O controle de ambas as casas deveria levar a menos gastos mas levou a mais porque seria mais fácil ao governo controlar gastos nessa situação. Não obteve-se o sinal e significância esperados na variável e o mesmo mudou o sinal esperado da variável (FRACOPP). Interesses específicos deveriam levar a um aumento de gastos; levou a uma redução de gastos mas manteve o sinal esperado da variável (FRACOPP na coluna 5).

O número de cadeiras controladas pela coalizão do governo sobre o total de cadeiras existentes (MAJ) apresentou um sinal diferente daquele esperado pela literatura: uma maioria seria mais capaz de resistir aos interesses dos grupos de pressão. Não foi isso que encontramos na amostra de países latino-americanos: a maioria das cadeiras controladas pelo governo levou a uma expansão dos gastos (considerando a mesma em conjunto com a fragmentação do governo e da oposição e o controle do governo sobre as duas casas – estimativas 2 e 6, respectivamente). Por este resultado, o excedente da maioria que o governo possui (MAJ) foi mais significativo do que o controle das duas casas na determinação

dos gastos (ALLHOUSE). COALSPEC também apresentou sinal não esperado.

Passemos aos efeitos da segunda dimensão apresentada por Ricciuti (2004) nos gastos do governo, a fragmentação entre as instituições. Os resultados das estimativas podem ser vistos na tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Fragmentação entre instituições

	1	2	3	4	5	6
C	0,2870333 *** (0,045961)	0,1249017 *** (0,021077)	0,0791225 *** (0,021429)	0,0949659 *** (0,016465)	0,2508489 *** (0,020048)	0,2770757 *** (0,022091)
GEXP-1	-0,007947 (0,065462)	0,2323682 *** (0,073435)	0,2466665 *** (0,086476)	0,2415218 *** (0,080788)	0,307677 *** (0,058736)	-0,027897 (0,043620)
CGDP	-0,236751 *** (0,096269)	-0,034188 (0,171796)	0,0722166 (0,184157)	-0,007015 (0,201212)	0,0418835 (0,118285)	-0,445221 *** (0,160525)
CHECKS	-0,004694 (0,003764)					
MDMH		0,0005665 *** (0,000084)	0,0051263 *** (0,002167)	0,0006293 *** (0,000088)	0,0006136 *** (0,000067)	
MDMS		0,000146 (0,000490)	0,0003985 (0,000536)	0,0005805 (0,000570)	0,0003188 (0,000477)	
SYSTEM			-0,324582 *** (0,154304)			
THRESH				1,606735 *** (0,612597)		
CL					-0,163293 *** (0,017354)	
STCONS T						-0,077151 *** (0,014290)
Adj-R ²		0,1766	0,2722	0,3083	0,6453	0,1409
N	226	61	61	56	61	233
Hausman	-0,63	8,59	2,42	8,76	8,97	34

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Conforme o teste de Hausman na última linha da tabela mostra, um resultado foi apresentado com efeito aleatório (coluna 1) e os demais com efeito fixo (observe que é indicado no caso do teste de Hausman negativo apresentar os dados com efeito aleatório).

Das variáveis econômicas, especificamente da variável defasada de gasto do governo ($GEXP_{-1}$), apenas os testes positivos foram significativos evidenciando que gastos passados influenciam nos gastos presentes. A taxa de crescimento do produto (CGDP) foi significativa apenas no efeito anti-cíclico (momentos de contração – sinal negativo – reduziram os gastos porque se gasta menos em gastos sociais nas colunas 1 e 6).

O número de tomadores de decisões com o poder de veto no sistema político (CHECKS) não foi significativo, assim como MDMS (para o Senado). Apenas a variável MDMH (no caso do Congresso) foi significativa e apresentou sinal positivo em todos os testes, acompanhando o resultado esperado de que um MDMH maior levaria a um aumento nos gastos.

A maioria dos países latino-americanos apresentam o presidencialismo multipartidário como sistema de governo, não sendo este um sistema estável (muitos partidos entram e saem da coalizão), encontramos, entretanto, uma evidência que o sistema presidencialista (SYSTEM) leva a uma redução nos gastos. Esperava-se obter uma redução dos gastos com a variável THRESH – requerimento mínimo para obter uma cadeira – e CL (listas fechadas), porém, para países latino-americanos, apenas CL apresentou o resultado esperado.

Testamos, por fim, a possibilidade de senadores possuírem uma representatividade de estado, província ou região maior do que a média dos pagadores de impostos existentes. Esta variável (STCONST) levaria a um efeito positivo sobre os gastos e um efeito negativo sobre o superávit dos governos. Assim como em Riccuti (2004), essa variável foi significativa, mas, ao invés de aumentar o gasto dos governos, reduziu-os. O mais coerente seria aumentar os gastos. Passemos aos efeitos da terceira e última dimensão apresentada por Ricciuti (2004) nos gastos do governo. A tabela 3 a seguir representa os resultados da fragmentação ao longo do tempo.

Tabela 3: Fragmentação ao longo do tempo

	1	2	3	4	5
C	0,236438 *** (0,017486)	0,2371571 *** (0,017547)	0,241993 *** (0,018233)	0,2352137 *** (0,018021)	0,2419709 *** (0,019011)
GEXP-1	0,0121992 (0,041490)	0,0153925 (0,040927)	0,0112706 (0,042409)	0,0223201 (0,042236)	0,0220112 (0,043515)
CGDP	-0,402785 *** (0,172205)	-0,415501 ** (0,173291)	-0,39945 ** (0,169914)	-0,437402 *** (0,177536)	-0,433723 *** (0,174994)
STABS				-0,145168 ** (0,064874)	-0,142021 ** (0,063612)
STABNS				0,1058551 * (0,059614)	0,0978443 * (0,058752)
MULTPL	-0,032312 * (0,017306)		-0,032401 ** (0,017098)		
EXLEC			-0,034996 ** (0,017692)		-0,037444 ** (0,018460)
LEGEC		-0,020567 (0,017593)			
Adj-R ²	0,0452	0,0432	0,0568	0,054	0,0671
N	233	233	233	227	227
Hausman	0,03	0,95	0,13	1,34	0,99

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Todos os resultados foram apresentados com efeito fixo. Das variáveis econômicas, a variável defasada de gasto do governo (GEXP₋₁), não apresentou nenhuma significância não ficando evidente assim que o

gasto passado aumentou o gasto presente. Já a taxa de crescimento do produto (CGDP) foi significativa em todos os testes realizados.

Para os testes de fragmentação ao longo do tempo, não possuímos dados para a variável CIG (mudanças de governo em relação ao ano anterior). A maioria das variáveis políticas foi significativa para explicar o comportamento de gastos do governo, exceto LEGEC (eleição do legislativo).

A variável STABS considera a porcentagem de tomadores de decisões com poder de veto que saem da coalizão quando o governo assume que o senado muda, STABNS que é a mesma medida que STABS, porém considerando que o senado não muda. As duas variáveis foram significativas nos dois testes realizados. MULTPL (possibilidade do chefe executivo governar mais de um período estipulado) foi significativa e negativa (colunas 1 e 3), indicando que a possibilidade de reeleição reduz os gastos. Esperava-se que a eleição do executivo (EXLEC) fosse significativa na expansão dos gastos, porém nossos testes não evidenciaram tal comportamento.

3.2 – Superávit do governo

A tabela 4 a seguir mostra os efeitos da primeira dimensão da fragmentação sobre o superávit do governo.

Tabela 4: Tamanho e controle da fragmentação

	1	2	3	4	5	6
C	0,000658 ** (0,000350)	0,0013134 *** (0,000443)	-0,000867 *** (0,000174)	-0,000223 (0,000320)	-0,000906 *** (0,000178)	0,0006239 * (0,000353)
SUR-1	-0,281698 *** (0,064472)	-0,53037 *** (0,088187)	-0,539384 *** (0,094453)	-0,546889 *** (0,095116)	-0,552493 *** (0,096416)	-0,273793 *** (0,632268)
CGDP	0,0027616 (0,002141)	0,0007864 (0,002152)	0,0007678 (0,002267)	0,0003841 (0,002242)	0,0006048 (0,002237)	0,002428 (0,002139)
FRACG	0,0003532 (0,000348)	0,0007864 (0,000436)	0,0001274 (0,000456)	-0,000562 (0,000627)		
NSM						
FRACOPP		-0,000996 *** (0,000357)			-0,000488 *** (0,000303)	
MAJ	-0,002981 *** (0,000535)	-0,003205 *** (0,000643)				-0,00241 *** (0,000517)
OPPMJH			DROPPED			
OPPMJS			DROPPED			
ALLHOUSE				-0,000763 * (0,000305)		-0,000459 *** (0,000194)
COALSPEC					0,000402 (0,000310)	0,0002049 (0,000291)
Adj-R ²	0,1768	0,2962	0,2292	0,2614	0,2363	0,187
N	259	225	225	225	226	262
Hausman	6,04	4,63	3,02	4,25	1,87	3,72

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Conforme o teste de Hausman na última linha da tabela mostra, todos os resultados foram apresentados com efeitos fixos. Da mesma

forma que antes, nos testes, a variável representativa do controle da oposição na Câmara (OPPMAJH) e do Senado (OPPMAJS) foram “baixadas” (DROPPED na coluna 3)⁴ nos testes porque em nenhuma situação isso ocorreu. Também não nos foi possível testar uma das *proxies* representativas da coalizão nas estimativas (número de ministros gastadores – NSM) porque não conseguimos obter essa variável em um banco de dados ou construí-la.

Das variáveis econômicas, especificamente da taxa de crescimento do produto (CGDP), em todas as estimativas, ela não foi significativa. Por outro lado, a variável defasada do superávit do governo (SUR₋₁) sempre foi significativa e não ajudou os governos a fazerem superávit, o que não era esperado intuitivamente.

A primeira variável analisada, FRACG (divisão da fragmentação do governo) não apresentou significância. Era esperado que, a medida que se divide a coalizão do governo, diminui o superávit do governo. Já a fragmentação da oposição (FRACOPP) foi significativa e negativa evidenciando superávits menores, ou seja, um negativo impacto sobre os orçamentos.

A variável MAJ representa o número de cadeiras controladas pela coalizão do governo sobre o total de cadeiras existentes enquanto ALLHOUSE apresenta o controle do governo sobre as duas casas

⁴ Não reportaremos os resultados onde isso ocorreu.

(Câmara e Senado). Nossos testes demonstraram que a maioria das cadeiras controlada pelo governo levou a uma redução do superávit. Era esperado que o controle absoluto da maioria nas duas casas tivesse impacto positivo sobre o superávit e negativo sobre os gastos. Quanto maior a maioria, mais fácil para o governo realizar programas fiscais e reduzir gastos no orçamento.

Conforme reportamos nos resultados dos gastos, a variável ALLHOUSE apresentou sinal positivo (gastou mais) e, portanto, obtivemos sinal negativo para o superávit (menos superávit), o que faz sentido.

O sinal da variável COALSPEC seguiu a mesma tendência, tendo impacto negativo nos gastos e, portanto, positivo sobre o superávit evidenciando-se que gasta-se menos quando há uma coalizão com interesse específico em uma questão, porém não obtivemos significância para tal variável.

Tabela 5: Fragmentação entre instituições

	1	2	3	4	5	6
C	-0,001528 *** (0,000299)	-0,000999 *** (0,000189)	-6,75E-05 (0,000207)	-0,000814 *** (0,000198)	-0,001747 *** (0,000224)	-0,001281 *** (0,000162)
SUR-1	-0,255778 *** (0,072697)	-0,116488 (0,118897)	-0,055447 (0,109163)	-0,135538 (0,128351)	-0,110056 (0,122951)	-0,22054 *** (0,065349)
CGDP	0,0023501 (0,002101)	0,0029052 (0,002265)	0,0012007 (0,002154)	0,001705 (0,002578)	0,0025197 (0,002189)	0,0023831 (0,002046)
CHECKS	0,001269 * (0,000727)					
MDMH		6,68E-07 *** 0,000000	-8,14E-05 *** (0,000015)	6,46E-07 *** 0,000000	6,46E-07 *** 0,000000	
MDMS		-6,31E-07 (0,000001)	-1,19E-05 (0,000010)	-9,16E-07 (0,000010)	-7,20E-07 (0,000001)	
SYSTEM			0,0062642 *** (0,001013)			
THRESH				-0,013376 ** (0,006158)		
CL					0,0008509 *** (0,000206)	
STCONS T						0,0003354 ** (0,000166)
Adj-R ²	0,0832	0,0941	0,3054	0,1365	0,1581	0,0812
N	288	67	67	62	67	297
Hausman	0,59	1,45	1,91	0,84	1,24	0,69

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

A variável econômica defasada de superávit do governo (SUR-1), apresentou em duas ocasiões (colunas 1 e 6) um efeito não esperado: o superávit passado reduziu o superávit presente. Era esperado que a taxa de crescimento do produto ajudasse os governos a fazerem superávit,

porém, em todos os testes realizados não obtivemos significância para essa variável.

Surpreendentemente, todos os testes das variáveis políticas foram significantes e obtiveram sinais opostos aos apresentados nos gastos do governo. Tal resultado era esperado uma vez que, para as variáveis que apresentaram maiores gastos ao governo, necessariamente deveriam apresentar superávits menores e vice-versa.

Tabela 6: Fragmentação ao longo do tempo

	1	2	3	4	5
C	-0,001199 *** (0,000140)	-0,001065 *** (0,000346)	-0,001201 *** (0,000146)	-0,001159 *** (0,000149)	-0,001159 *** (0,000157)
SUR-1	-0,235712 *** (0,067413)	-0,18028 (0,136905)	-0,235596 *** (0,067424)	-0,225787 *** (0,069834)	-0,225776 *** (0,069842)
CGDP	0,0023197 (0,002047)	0,0010852 (0,001478)	0,0023178 (0,002047)	0,0024906 (0,002121)	0,0024904 (0,002121)
STABS				0,0010219 (0,000956)	0,0010219 (0,000955)
STABNS				-0,000944 (0,000898)	-0,000944 (0,000898)
MULTPL	0,0002329 (0,000289)		0,000233 (0,000289)		
EXLEC			0,0000125 (0,000230)		1,07E-07 (0,000237)
LEGEC		-0,001065 (0,000115)			
Adj-R ²	0,0743		0,0743	0,0731	0,0731
N	297	297	297	288	288
Hausman	0,58	-7,27	1,83	0,67	1,61

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Não encontramos nenhuma significância para as variáveis políticas em relação à fragmentação ao longo do tempo. A variável econômica defasada de superávit do governo (SUR-1) foi a única a apresentar significância (exceto coluna 2) e sinal negativo.

Esperava-se que a possibilidade de reeleição (MULTPL) gerasse sinais positivos (como aconteceu), porém significativos, uma vez que acredita-se que o superávit aumenta a medida que existe a possibilidade do chefe executivo governar mais de um período estipulado.

CAPÍTULO IV

CONFRONTAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS OECD X AMÉRICA LATINA

As principais diferenças encontradas entre o trabalho conduzido por Ricciuti (2004) para os países da OECD e este trabalho para os países da América Latina foi em relação à coalizão de governo e de oposição, onde obtivemos maior significância na determinação do gasto e no resultado fiscal para países latino-americanos. Fatores relacionados às instituições políticas foram significativos na determinação do mesmo gasto e resultado fiscal assim como em Ricciuti (2004). Tal diferença deve ser atribuída a dois fatores: a diferença de regras do sistema político partidário e a importância do “presidencialismo de coalizão” nos países latino-americanos.

Podemos observar claramente as diferenças mencionadas através do quadro a seguir onde as linhas destacadas representam os resultados iguais entre os países da OECD e países latino-americanos:

TAMANHO E CONTROLE DA FRAGMENTAÇÃO					
VARIÁVEIS	SIGNIFICADO	GASTOS		SUPERÁVIT	
		OECD	AMÉRICA LATINA	OECD	AMÉRICA LATINA
GEXP-1/ SUR-1	Gasto/ Superávit do período anterior	Influenciou Positivamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Positivamente	Influenciou Negativamente
CGDP	Taxa de crescimento do PIB	Influenciou Negativamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Positivamente	Não influenciou
NSM	Número de ministros gastadores	Influenciou Positivamente	Não possui dados	Influenciou Negativamente	Não possui dados
FRACG	Fragmentação do governo	Influenciou Positivamente	Influenciou Positivamente	Não influenciou	Não influenciou
FRACOPP	Fragmentação da oposição	Não influenciou	Não influenciou	Influenciou Negativamente	Influenciou Negativamente
MAJ	Número de cadeiras controladas pela coalizão	Não influenciou	Influenciou Positivamente	Influenciou Positivamente	Influenciou Negativamente
OPPMAJH	Oposição controla a Câmara	Não influenciou	Não possui dados	Influenciou Positivamente	Não possui dados
OPPMAJS	Oposição controla o Senado	Não influenciou	Não possui dados	Influenciou Negativamente	Não possui dados
ALLHOUSE	Governo controla Câmara e Senado	Não influenciou	Influenciou Positivamente	Influenciou Positivamente	Influenciou Negativamente
COALSPEC	Coalizão apresenta um interesse específico em uma questão	Não influenciou	Influenciou Negativamente	Não influenciou	Não influenciou

Em relação à primeira dimensão da fragmentação sobre os gastos e superávits do governo, tamanho e controle da fragmentação, podemos observar que a minoria dos resultados encontrados para os países da América Latina foram semelhantes aos resultados encontrados para os países da OECD.

Destaca-se a ausência de dados de três variáveis políticas para os países da América Latina. São elas: NSM – Número de ministros gastadores; OPPMAJH – Oposição controla a Câmara e OPPMAJS – Oposição controla o Senado.

No trabalho de Ricciuti (2004), apenas a variável política Número de Ministros Gastadores (NSM) foi significativa em todos os testes realizados, com o que chegou à conclusão de que o aumento de ministros gastadores leva a um aumento de gastos e uma redução dos superávits dos governos. Não testamos o efeito quando um partido de oposição tem

controle absoluto do Senado (OPPMAJS) e na Câmara (OPPMAJH) porque não existiu nenhum caso em que isto aconteceu nos países latino-americanos da amostra.

Quanto à variável Fragmentação do Governo (FRACG), assim como em Ricciuti (2004), obtivemos relevância em somente um teste, entre os quatro realizados, e com influência positiva sobre os gastos do governo, o que comprovou a tese de Perotti e Kontopoulos (1998), que afirma que quanto mais dividida for a coalizão dos governos, maiores são os gastos.

Esperava-se que uma maior divisão da oposição (FRACOPP) fizesse com que os partidos de oposição ficassem engajados num processo de barganha com a coalizão que suporta o governo já que apresentam interesses divergentes. Conseqüentemente, a oposição conseguiria fazer valer os seus interesses. Estes resultados, embora esperados, não foram alcançados em Ricciuti (2004) nem tampouco para os países latino-americanos.

Encontramos sinais diferentes em relação o número de cadeiras controladas pela coalizão do governo sobre o total de cadeiras existentes (MAJ). Ricciuti (2004), apesar de não encontrar significância em seus testes, argumentou que uma maioria seria mais capaz de resistir aos interesses dos grupos de pressão. Não foi isto que encontramos na

amostra de países latino-americanos: a maioria das cadeiras controlada pelo governo levou a uma expansão dos gastos.

De todas as estimativas testadas por Ricciuti (2004), com exceção de NSM e OPPMAJS pelos motivos mencionados acima, apenas a variável FRACG foi significativa e levou a uma expansão dos gastos. Todas as demais variáveis não foram significativas.

Em relação ao superávit, quando comparados aos resultados de Ricciuti (2004), notamos apenas três resultados semelhantes: a não significância das variáveis fragmentação do governo (FRACG) e quando existe um interesse específico da coalizão em uma determinada questão (COALSPEC). A única variável com resultado semelhante para os países da OECD e latino-americanos foi a fragmentação da oposição (FRACOPP) chegando-se à conclusão de que quanto mais fragmentada a oposição, menor é o superávit do governo.

O quadro a seguir mostra as diferenças dos resultados encontrados para a segunda dimensão da fragmentação: a fragmentação entre instituições.

FRAGMENTAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES					
VÁRIÁVEIS	SIGNIFICADO	GASTOS		SUPERÁVIT	
		OECD	AMÉRICA LATINA	OECD	AMÉRICA LATINA
GEXP-1/ SUR-1	Gasto/ Superávit do período anterior	Influenciou Positivamente	Influenciou Positivamente	Influenciou Positivamente	Influenciou Negativamente
CGDP	Taxa de crescimento do PIB	Influenciou Positivamente	Influenciou Negativamente	Não influenciou	Não influenciou
CHECKS	Número de tomadores de decisões com poder de veto	Não influenciou	Não influenciou	Não influenciou	Influenciou Positivamente
MDMH	Número de tomadores de decisões com poder de veto no Congresso	Influenciou Positivamente	Influenciou Positivamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Positivamente
MDMS	Número de tomadores de decisões com poder de veto no Senado	Influenciou Negativamente	Não influenciou	Influenciou Positivamente	Não influenciou
SYSTEM	Presidencialista ou parlamentarista	Influenciou Negativamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Positivamente	Influenciou Positivamente
THRESH	Requerimento mínimo para obter uma cadeira	Influenciou Negativamente	Influenciou Positivamente	Não influenciou	Influenciou Negativamente
CL	Lista fechada (candidato não tem apoio do presidente)	Influenciou Negativamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Positivamente	Influenciou Positivamente
STCONST	Representatividade do Senado	Influenciou Negativamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Positivamente

Quando comparamos os resultados das diferenças entre instituições sobre os gastos do governo, encontramos grande semelhança aos resultados propostos por Ricciuti (2004). Para a amostra dos países latino-americanos, não encontramos significância da variável CHECKS – número de tomadores de decisões com poder de veto no sistema político e MDMS – no caso dos representantes eleitos para o senado), com o que chegamos à conclusão de que o efeito das regras político-institucionais são menos eficazes no resultado fiscal do que aquele encontrado nos países da OECD.

Para Ricciuti (2004), o aumento dos representantes eleitos para o senado (MDMS) levou a uma redução dos gastos enquanto o efeito encontrado de MDMH (representantes eleitos para o Congresso) só foi positivo com exceção da presença da variável THRESH (regra mínima que um partido deve obter para possuir representação no Congresso e no

Senado), sendo esta uma variável significativa, na qual obtivemos sinal positivo.

Observando os resultados das mesmas variáveis sobre o superávit dos governos, vimos que, para Ricciuti (2004), MDMH (representantes eleitos pelo Congresso) foi significativa e reduziu os superávits dos governos em todos os testes em que se utilizou a mesma. Bastante coerente com o resultado dos gastos, já que ela levou a uma expansão dos mesmos. Não obtivemos o mesmo resultado.

As demais variáveis, conforme já descritas no capítulo II, apresentaram grande significância, com o que parece estar claro que o resultado nos países da OECD dependeu muito mais das regras estabelecidas para ordenação do sistema eleitoral e partidário (variáveis de instituições políticas) do que do poder da coalizão (magnitude e controle da fragmentação).

FRAGMENTAÇÃO AO LONGO DO TEMPO					
VARIÁVEIS	SIGNIFICADO	GASTOS		SUPERÁVIT	
		OECD	AMÉRICA LATINA	OECD	AMÉRICA LATINA
GEXP-1/ SUR-1	Gasto/ Superávit do período anterior	Influenciou Positivamente	Não influenciou	Influenciou Positivamente	Influenciou Negativamente
CGDP	Taxa de crescimento do PIB	Influenciou Negativamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Positivamente	Não influenciou
CIG	Mudança no governo	Não influenciou	Não possui dados	Não influenciou	Não possui dados
STABS	Número de tomadores de decisões com poder de veto que caem quando há mudança no Senado	Não influenciou	Influenciou Negativamente	Não influenciou	Não influenciou
STABNS	Número de tomadores de decisões com poder de veto que caem quando não há mudança no Senado	Não influenciou	Influenciou Positivamente	Não influenciou	Não influenciou
MULTPL	Possibilidade do chefe executivo governar por mais de um período estipulado	Influenciou Negativamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Positivamente	Não influenciou
EXLEC	Eleição do executivo	Influenciou Positivamente	Influenciou Negativamente	Influenciou Negativamente	Não influenciou
LEGEC	Eleição do legislativo	Influenciou Positivamente	Não influenciou	Influenciou Negativamente	Não influenciou

Por último, analisaremos as diferenças encontradas para a terceira dimensão da fragmentação, a fragmentação ao longo do tempo. Comparando os resultados para gastos do governo dos países da OECD e países latino-americanos, encontramos resultados mais significantes para os países latino-americanos onde todos os testes com variáveis políticas foram significativas (com exceção de LEGEC – eleição do legislativo).

Não conseguimos dados para a variável CIG (mudança no governo) para a amostra dos países latino-americanos, fazendo com que a variável MULTPL (possibilidade de reeleição do presidente) fosse a única variável política com resultados semelhantes aos países da OECD, ou seja, a possibilidade de haver reeleição do atual presidente diminui os gastos do governo. Esta variável implica em uma disciplina fiscal de longo-prazo. O governo pode ter um incentivo em “relaxar” sua política fiscal nos anos de eleição enquanto nos anos anteriores consegue controlar o orçamento para que esta mudança seja apenas temporária. Não obtivemos nenhuma variável política significativa em relação ao superávit do governo.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Conforme descrito anteriormente, a hipótese proposta desta pesquisa refere-se ao aumento do déficit em relação ao aumento da fragmentação política do poder no Executivo e no Legislativo para os países latino-americanos.

Mostramos que sistemas fragmentados, numa estrutura multipartidária, apresentam dificuldades no sucesso das negociações, na direção de um acordo explícito que compatibilize as divergências e potencialize os pontos de consenso levando o Estado a apresentar um desequilíbrio permanente entre as fontes de receita e gastos.

Testes em painel comprovaram a hipótese. Verificamos que as principais diferenças de resultados nos países latino-americanos e países da OECD, encontram-se na diferença de regras do sistema político partidário e no chamado “presidencialismo de coalizão”.

O termo “presidencialismo de coalizão” foi utilizado por Sérgio Abranches (1988) que defende que o sistema multipartidário pode refletir a heterogeneidade da população de um país, de forma que o sistema de representação partidário não exclua minorias significativas.

A grande diferença dos países latino-americanos em relação aos países da OECD é quanto ao sistema de governo – presidencialista, onde

as regras partidárias podem levar um país a ter partidos fracos, com baixa representatividade nacional, apresentando, assim, diferentes desempenhos em suas democracias. Além disso, as regras eleitorais, como o número de deputados eleitos por distrito, possibilidade de coligação para eleições proporcionais, etc, também geram distorções no sistema de representação democrática latino-americano.

Assim como nos países da OECD, os países latino-americanos dependem da natureza das coalizões e estas têm impacto decisivo no comportamento fiscal. Nos países latino-americanos, que apresentam o sistema presidencialista, a primeira medida de força governamental é o tamanho legislativo do partido do presidente. O presidente não governa sozinho, principalmente em países com sistemas partidários fragmentados que, assim como na Europa quase sempre levam à montagem de coalizões para que se formem maiorias parlamentares. O problema de coordenação enfrentado por governos de coalizão em regimes parlamentaristas devem ser menos graves em sistemas presidenciais porque, nesses últimos, todo o poder executivo é formalmente investido no presidente.

No parlamentarismo, os integrantes do gabinete são politicamente iguais ao primeiro ministro tendo poderes de agenda próprio. Já no presidencialismo, os ministros são assessores do chefe de governo. O

presidente pode realizar a coordenação requerida para que uma coalizão implemente de forma eficiente um programa de redução de déficit.

Uma maior estabilidade política, como é o caso dos países da OECD que apresentam coalizões com baixo custo de manutenção permitem uma melhor administração do nível do déficit público. O grau de centralização dos procedimentos orçamentários também revelou ser um importante indutor do equilíbrio fiscal. Presidentes mais conservadores e apoiados por grandes partidos são mais propensos a reduzir a variação anual do gasto público. Governos com maior estabilidade ministerial tem mais recursos para diminuir os gastos governamentais, independente do fato de ter uma ideologia que favoreça a redução dos gastos.

Os políticos latino-americanos encontraram maneiras de evitar a situação de paralisia decisória prevista pelo *mainstream* e garantir a governabilidade de seus mandatos, o que Abranches (1988) chamou de “presidencialismo de coalizão”.

Os países latino-americanos são sistemas presidencialistas nos quais raras vezes um partido conquistou a maioria qualificada (necessária para a aprovação das leis) no Congresso, fazendo com que a coalizão se tornasse uma saída recorrente para a manutenção da governabilidade e a implementação da agenda governamental.

Abranches (1988) estuda o caso brasileiro e diz que: “o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o

multipartidarismo e o “presidencialismo imperial”⁸, organiza o Executivo com base em grandes coalizões” e aponta o problema institucional do “presidencialismo de coalizão”:

“É um sistema caracterizado pela instabilidade, de alto risco e cuja sustentação baseia-se quase exclusivamente, no desempenho corrente do governo e na sua disposição de respeitar estritamente os pontos ideológicos ou programáticos considerados inegociáveis, os quais nem sempre são explícita e coerentemente fixados na fase de formação da coalizão.” (Abranches, 1988, p.27)

Portanto, a coalizão presidencialista não é estável e por isso ela tem que ser constantemente renegociada, uma vez que os partidos entram e saem da coalizão. Dessa forma, as variáveis referentes às regras institucionais estão, de fato, levando os governos latino-americanos a depender das coalizões circunstanciais para governar. No presidencialismo, a instabilidade da coalizão pode atingir diretamente a presidência. Conseqüentemente, são essas variáveis referentes à coalizão que, de fato, determinam de maneira mais direta os resultados fiscais.

⁸ Por “presidencialismo imperial” entende-se: independência entre os poderes, se não na hegemonia do Executivo, e que organiza o ministério como amplas coalizões.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão: o dilemma institucional brasileiro**. Rio de Janeiro, 1988. Revista de Ciências Sociais. V.31.n1, pp.5-34.

ALESINA, A. E PEROTTI, R. **Budget deficits and budget institutions**. 1996. NBER working paper 5556.

ARVATE, Paulo R. **Por trás das falhas de governo**. Valor Econômico, São Paulo, 11 mar. 2005. EU&, p. 14.

BECK, T.; CLARK, G.; GROFF, A.;KEEFER, P.;WALSH, P. **New tools and tests in comparative political economy: the database of political institutions**. 2000. World Bank Working Papers Series n.2283.

BECK, T.; CLARK, G.; GROFF, A.;KEEFER, P.;WALSH, P. **New tools and tests in comparative political economy: the database of political institutions**. 2001. World Bank Working Papers Review 15:165:-176.

BIDERMAN, Ciro.; ARVATE, Paulo. **Economia do Setor Público do Brasil**. São Paulo, 2004. Editora Campus.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas, 1994. Papyrus.

DAHL, Robert A. **A preface to Democratic Theory**. Chicago, 1956. University of Chicago Press.

GRILLI, V., MASCIANDARO, D. , TABELLINI, G. **Political and monetary institutions and public financial policies in the industrial countries**. 1991. Economic Policy 13:341-392.

HALLERBERG, M. , VON HAGEN, J. **Electoral institutions, cabinet**

negotiations, and budget deficits in the European Union. 1999. In Poterba, J. and Von Hagen, J. (Eds.), *Fiscal institutions and fiscal performance*, 209-232. Chicago IL: University of Chicago Press.

PEROTTI, R. , KONTOPOULOS, K. **Fragmented fiscal policy.** Mimeo. Columbia University. 1998 (<http://www.iue.it/Personal/Perotti/papers/FRAGM.PDF>).

RÊGO, José Fernandes do. **Estado e Políticas Públicas.** São Luís, 2002. Eduema/Ufac.

RICCIUTI, Roberto. **Political fragmentation and fiscal outcomes.** Reino Unido. 2004. *Public Choice* vol 118, p.365-388.

ROUBINI, N. , SACHS, J. **Political and economic determinants of the budget deficits in Industrial democracies.** 1989. *European Economic Review*, v. 33, pp. 903-938.

SCHMITTER, Philippe C. **Still the Century of Corporatism?.** Notre Dame, 1974. University of Notre Dame Press.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, socialism e democracy.** New York: Harper Brothers, 1942.

VOLKERINK,B. , DE HAAN, J. **Fragmented government effects on fiscal policy: new evidence.** 2001. *Public Choice*, vol 109, n.3-4, pp 221-242.

WORLD BANK. **World Development Indicators 2003** (CD-room). 2003. Washington, D.C.

Anexo 1 – Relação das variáveis políticas e seus significados.

VARIÁVEIS POLÍTICAS	SIGNIFICADO
FRAGMENTAÇÃO DE TAMANHO E CONTROLE	
FRACG	Fragmentação do governo
OPPFAC	Fragmentação da oposição
NSM	Número de ministros gastadores
MAJ	Número de cadeiras controladas pela coalizão
OPPMAJH	Oposição controla a Câmara
OPPMAJS	Oposição controla o Senado
ALLHOUSE	Governo controla as duas casas (Congresso e Senado)
COALSPEC	Interesse especial de algum partido no governo da coalizão
FRAGMENTAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES	
CHECKS	Número de tomadores de decisões com o poder de veto
MDMH	Representantes políticos eleitos no Congresso
MDMS	Representantes políticos eleitos no Senado
SYSTEM	Sistema presidencialista ou parlamentarista
THRESH	Percentual mínimo de votos exigido para que um partido possa eleger seus representantes
CL	Lista fechada (presidente não apoia o candidato)
STCONST	Constituição local do Senado
FRAGMENTAÇÃO AO LONGO DO TEMPO	
CIG	Mudança no governo
STABS	Número de tomadores de decisões com poder de veto que caem quando o Senado muda
STABNS	Número de tomadores de decisões com poder de veto que caem quando o Senado não muda
MULTPL	Possibilidade do chefe executivo governar mais de um período estipulado
EXELEC	Eleição do executivo
LEGELEC	Eleição do legislativo

Anexo 2 – Resultados Ricciuti

Anexo 2.1: Tamanho e controle da fragmentação – Gastos do Governo

	1		2		3		4		5		6	
C	0.0476	***	0.0611	***	0.00611	***	0.0212		0.532	**	0.0483	
	(0.0007)		(0.0211)		(0.00211)		(0.0270)		(0.0191)		(0.0213)	
GEXP-1	0.8535	***	0.08526	***	0.8754	***	0.8590	***	0.8565	***	0.8418	***
	(0.0276)		(0.0275)		(0.0325)		(0.0267)		(0.0263)		(0.0290)	
CGDP	-0.3783	***	-0.3872	***	-0.2001	**	-0.3112	***	-0.3132	***	-0.3664	***
	(0.0683)		(0.0702)		(0.0803)		(0.0747)		(0.0750)		(0.0664)	
NSM	0.0011	***	0.0011	***	0.0010	***	0.0010	***	0.0010	***		
	(0.0004)		(0.0004)		(0.0003)		(0.0003)		(0.0003)			
FRACG	0.0086		0.0113	*	0.0032		0.0039					
	(0.0066)		(0.0067)		(0.0056)		(0.0051)					
FRACOPP			0.0077		-0.0067		-0.0034		-0.0025			
			(0.0066)		(0.0073)		(0.0077)		(0.0092)			
MAJ	-0.0124		-0.0130								-0.0048	
	(0.0131)		(0.0130)								(0.0094)	
OPPMJH					0.0027							
					(0.0041)							
OPPMJS					-0.0008							
					(0.0028)							
ALLHOUSE							-0.0013				-0.0013	
							(0.0028)				(0.0031)	
COALSPE C									0.0022		0.0034	
									(0.0031)		(0.0032)	
Adj-R ²	0.981		0.981		0.989		0.981		0.981		0.980	
N	320		320		247		363		363		323	

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente .
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Anexo 2.2: Fragmentação entre instituições – Gastos do Governo

	1		2		3		4		5		6	
C	0.0476	***	0.0611	***	0.0612	***	0.0212		0.0532	**	0.0473	**
	(0.0007)		(0.0211)		(0.0211)		(0.0270)		(0.0277)		(0.0213)	
GEXP-1	0.8514	***	0.8786	***	0.8786	***	0.9316	***	0.8918	***	0.8790	***
	(0.0314)		(0.0393)		(0.0393)		(0.0286)		(0.0420)		(0.0330)	
CGDP	-0.3059	***	-0.1792	***	-0.1792	***	-0.1117	***	-0.1567	***	-0.2083	***
	(0.0656)		(0.0526)		(0.0526)		(0.0634)		(0.0582)		(0.0607)	
CHECKS	0.00017											
	(0.00074)											
MDMH			0.0137	***	0.0137	***	-0.0023	***	0.0160	***		
			(0.0212)		(0.0019)		(0.0006)		(0.0025)			
MDMS			-0.0044	***	-0.0044	***	-0.0013	*	-0.0045	***		
			(0.0005)		(0.0005)		(0.0007)		(0.0005)			
SYSTEM					-0.0454	***						
					(0.0068)							
THRESH							-0.2394	***				
							(0.0910)					
CL									-0.0207	***		
									(0.0052)			
STCONS T											-0.0131	***
											(0.0046)	
Adj-R ²	0.980		0.989		0.989		0.981		0.985		0.988	
N	373		196		196		127		137		273	

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Anexo 2.3: Fragmentação ao longo do tempo – Gastos do Governo

	1		2		3		4		5	
C	0.0521	***	0.0473	***	0.0538	**	0.0425	***	0.0429	***
	(0.0144)		(0.0473)		(0.0142)		(0.0139)		(0.0139)	
GEXP-1	0.8536	***	0.8530	***	0.8538	***	0.8692	***	0.8687	***
	(0.0300)		(0.0294)		(0.0285)		(0.0254)		(0.0251)	
CGDP	-0.3065	***	-0.3121	***	-0.3135	***	0.3085	***	-0.3118	***
	(0.0660)		(0.0654)		(0.0676)		(0.0693)		(0.0700)	
CIG	-0.0021		-0.0016		-0.0016					
	(0.0024)		(0.0024)		(0.0025)					
STABS							0.0065		0.0063	
							(0.0078)		(0.0075)	
STABNS							-0.0094		-0.0090	
							(0.0094)		(0.0091)	
MULTPL	-0.0046	**			-0.0066	***				
	(0.0021)				(0.0024)					
EXLEC					0.0073	*			0.0035	
					(0.0043)				(0.0038)	
LEGEC			0.0026	*						
			(0.0015)							
Adj-R ²	0.980		0.980		0.980		0.981		0.981	
N	373		373		373		360		360	

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Anexo 2.4: Tamanho e controle da fragmentação – Superávit do Governo

	1		2		3		4		5		6	
C	-0.0232	***	-0.0244	***	0.0068		0.0089	*	0.0086		-0.0013	***
	(0.0060)		(0.0058)		(0.0048)		(0.052)		(0.0064)		(0.0063)	
SUR-1	0.8063	***	0.8000	***	0.8091	***	0.7975	***	0.8011	***	0.8014	***
	(0.0188)		(0.0230)		(0.0208)		(0.0218)		(0.0211)		(0.0277)	
CGDP	0.2863	***	0.2977	***	0.1099		0.2200	***	0.2232	***	0.2802	***
	(0.0535)		(0.0507)		(0.0838)		(0.0699)		(0.0674)		(0.0532)	
NSM	-0.0013	***	-0.0013	***	-0.0012	***	-0.0010	***	-0.0010	***		
	(0.0003)		(0.0004)		(0.0002)		(0.0002)		(0.0002)			
FRACG	-0.0105		-0.0142		0.0041		-0.0050					
	(0.0145)		(0.0143)		(0.0077)		(0.0096)					
FRACOPP			-0.0115	*	0.0001		-0.0041		-0.0025			
			(0.0088)		(0.0031)		(0.0086)		(0.0083)			
MAJ	0.0192		0.0205								0.0123	*
	(0.0140)		(0.0135)								(0.0069)	
OPPMAJH					0.0043	**						
					(0.0021)							
OPPMAJS					-0.0117	***						
					(0.0038)							
ALLHOUSE							0.0053	*			0.0036	
							(0.0031)				(0.0022)	
COALSPE C									-0.0011		-0.0038	
									(0.0049)		(0.0052)	
Adj-R ²	0.809		0.811		0.832		0.814		0.813		0.799	
N	315		315		241		315		315		315	

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Anexo 2.5: Fragmentação entre instituições – Superávit do Governo

	1		2		3		4		5		6	
C	-0.0146		-0.0295	**	0.0317	**	-0.0148	**	-0.0180	**	-0.0069	
	(0.0101)		(0.0135)		(0.0135)		(0.0061)		(0.0064)		(0.0132)	
SUR-1	0.8075	***	0.7888	***	0.7888	***	0.8998	***	0.7598	***	0.8220	***
	(0.0177)		(0.0510)		(0.0510)		(0.0178)		(0.0592)		(0.0228)	
CGDP	0.2023	***	0.0245		0.0245		-0.3083	***	-0.0787		0.0904	
	(0.0633)		(0.0729)		(0.0729)		(0.0634)		(0.0535)		(0.0696)	
CHECKS	-0.0003											
	(0.0010)											
MDMH			-0.0074	***	-0.0074	***	-0.0021	***	-0.0102	***		
			(0.0013)		(0.0013)		(0.0007)		(0.0017)			
MDMS			0.0033	***	0.0033	***	-0.0020	***	0.0034	***		
			(0.0005)		(0.0005)		(0.0004)		(0.0005)			
SYSTEM					0.0317	***						
					(0.0053)							
THRESH							-0.2118					
							(0.1316)					
CL									0.0206	***		
									(0.0034)			
STCONST											-0.0022	**
											(0.0012)	
Adj-R ²	0.805		0.849		0.849		0.975		0.888		0.815	
N	364		193		193		127		137		266	

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)

Anexo 2.6: Fragmentação ao longo do tempo – Superávit do Governo

	1		2		3		4		5	
C	-0.0218	**	-0.0150	**	-0.0201	*	-0.0044		-0.0046	
	(0.0089)		(0.0077)		(0.0085)		(0.0054)		(0.0054)	
SUR-1	0.8084	***	0.08110	***	0.8059	***	0.8207	***	0.8199	**
	(0.175)		(0.0172)		(0.0181)		(0.0144)		(0.0148)	
CGDP	0.2045	***	0.2166	***	0.2122	***	0.2158	***	0.2185	***
	(0.0620)		(0.0600)		(0.0626)		(0.0700)		(0.0696)	
CIG	0.0031		0.0022		0.0027					
	(0.0025)		(0.0024)		(0.0026)					
STABS							0.0076		0.0078	
							(0.0062)		(0.0061)	
STABNS							-0.0057		-0.0061	
							(0.0062)		(0.0061)	
MULTPL	0.0061	**			0.0084	***				
	(0.0030)				(0.0030)					
EXLEC					-0.0082	*			-0.0031	
					(0.0047)				(0.0043)	
LEGEC			-0.0050	***						
			(0.0016)							
Adj-R ²	0.807		0.811		0.813		0.809		0.809	
N	364		364		364		352		352	
Hausman										

Notas: *, **, *** significa nível de relevância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.
(valores em parênteses: desvio-padrão das variáveis)